

# APRESENTAÇÃO

## PRESENTATION

A Revista Direitos Culturais, editada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Mestrado e Doutorado da URI, Campus de Santo Ângelo, tem como missão a difusão do conhecimento a partir da interrelação entre Direito e Cultura. Constituindo-se em importante periódico científico, atualmente classificada no estrato B1 pelo Qualis Periódicos da CAPES, incentiva a reflexão e encoraja o debate atinente às questões jurídicas contemporâneas com a certeza de que contribui para a construção do conhecimento, assim como com relação aos processos de realização da cidadania.

No último volume de 2021 o periódico oferece à comunidade acadêmica dezessete artigos científicos sendo dois deles contribuições internacionais. Desse modo, tem-se as reflexões de Pavelas Ravlusevicius, examinando as questões jurídicas relacionadas à devolução de objetos culturais retirados ilegalmente do território de um Estado-Membro. De outro lado, María Carlota Ucin, aborda os direitos sociais e a necessidade de reconsideração das suas diversas dimensões no ideal de realização do Estado.

Na sequência, o periódico oferece a contribuição de Marli Marlene Moraes da Costa e Maria Victória Pasquoto de Freitas que investigam a influência da gravidez precoce na feminização da pobreza e, ainda, a produção intelectual de Camila Jorge, Débora de Jesus Rezende Barcelos e Maria Cecília Máximo Teodoro que averigam o controle dos trabalhadores exercido pela empresa Uber.

A edição conta com os estudos de Jailton Macena de Araujo e Rayanne Aversari Câmara relacionando o valor social do trabalho e a suficiência legislativa para a reconstrução da realidade social. Ademais, tem-se abordagem dos direitos culturais fundamentais dos povos indígenas por Luyse Vilaverde Abascal Munhós e Antônio Hilário Aguilera Urquiza investigando “a contribuição do multiculturalismo, estampado na ordem constitucional vigente, para a consolidação dos direitos culturais dos indígenas”. De outro viés, “o reconhecimento da identidade cultural indígena e a proteção dos direitos da personalidade” é objeto da escrita de Alessandro Severino Valler Zenni e Beatriz Caroline Fiaes.

Outra temática apresentada é de autoria de Janaína Reckziegel, Thaís Janaina Wenczenovicz tocando o direito à saúde dos imigrantes na pandemia de COVID-19 com atenção para as dificuldades vivenciadas por eles e que especialmente os vulneram.

Carlos Cini Marchionatti e Adalberto Narciso Hommerding discorrem sobre a jurisdição voluntária e o registro de imóveis apresentando seus benefícios à sociedade. Assim, demonstram “como o Juiz pode julgar e ampliar a possibilidade do registro que não se pode obter diretamente do Oficial”. Em abordagem realizada com relação à Suprema Corte Norte Americana, Caio César do Nascimento Barbosa, Glayder Daywerth Pereira Guimarães e Michael César Silva examinam decisões jurisprudenciais conexas e propiciam o debate acerca do instituto repositório *disgorgement of profits*, tendo como finalidade “impedir que o ofensor venha a auferir lucros indevidamente a partir de sua conduta antijurídica”.



Arnaldo Bastos Santos Neto, Lauro Ishikawa, Moises Maciel apresentam estudo sobre as atribuições do Tribunal de Contas na perspectiva de proteção de dados e, Alexandre Freire Pimentel discorre sobre “acessibilidade ao processo eletrônico como um direito humano-fundamental”.

Danilo Henrique Nunes, João Pedro Silvestrini e Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira se dedicam ao estudo do controle abstrato de constitucionalidade e sua aplicação pelo STF. Posteriormente, Gabriela Buarque e Adrualdo de Lima Catão abordam “o utilitarismo e a ética kantiana: dificuldades no direcionamento moral de máquinas inteligentes”, enquanto Vinícius Scherch, Fernando de Brito Alves e Sandra Santos Rosa Scherch discorrem sobre o patriarcalismo social em uma intersecção com cinema, a partir do filme “O sorriso de Mona Lisa”.

David de Oliveira e Thaise Lamara Almeida Carvalho se debruçam sobre a política de preservação do patrimônio cultural afroamapaense no período de 2015 a 2019 por meio de dados que refletem como são distribuídos os recursos de fomento.

Ao final, tem-se a contribuição de Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, Talita Pimenta Félix e Bruno Valverde Chahaira que instigam reflexões sobre as relações de trabalho em uma sociedade mutável. Por derradeiro, Joedson de Souza Delgado e Gabrielle Jacobi Kölling discorrem sobre o ensino e a pesquisa na universidade no contexto de um “mercado orientativo para a otimização dos lucros em detrimento das necessidades sociais.”

Com toda certeza, o periódico finda o ano publicizando produções relevantes e atuais propiciando o debate sobre questões nacionais, regionais e de contextos internacionais, o que consolida a Revista Direitos Culturais em instrumento de potencialização da cidadania e da democracia.

Excelente leitura!